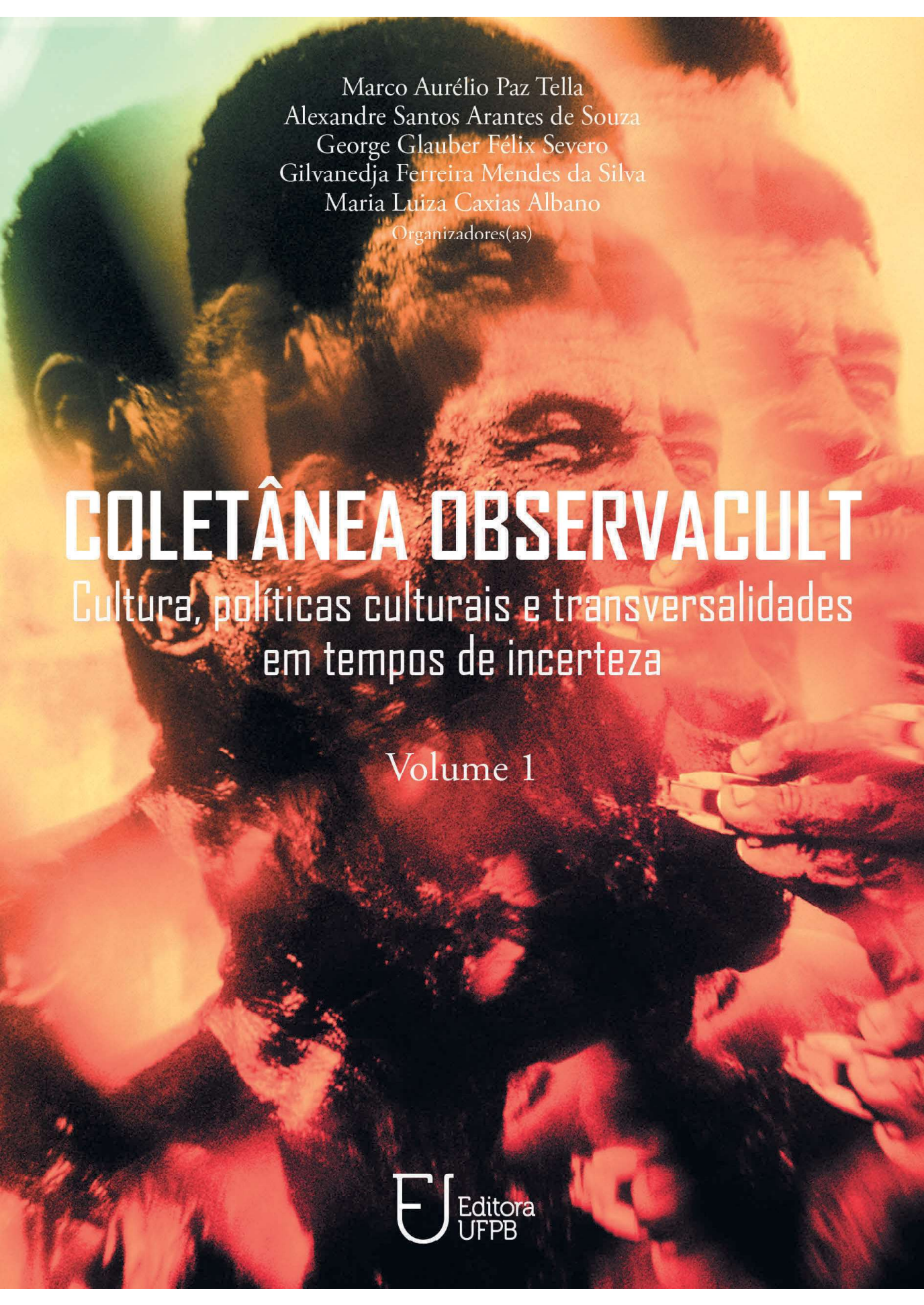




Marco Aurélio Paz Tella
Alexandre Santos Arantes de Souza
George Glauber Félix Severo
Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva
Maria Luíza Caxias Albano
Organizadores(as)

COLETÂNEA OBSERVACULT

Cultura, políticas culturais e transversalidades
em tempos de incerteza

Volume 1

EJ Editora
UFPB

Coletânea ObservaCult
Cultura, políticas culturais e transversalidades
em tempos de incerteza

Volume 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora	MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ
Vice-Reitora	BERNARDINA MARIA JUVENAL FREIRE DE OLIVEIRA
Pró-Reitora PRPG	MARIA LUIZA PEREIRA DE ALENCAR MAYER FEITOSA



EDITORA UFPB

Diretora	IZABEL FRANÇA DE LIMA
Supervisão de Administração	GEISA FABIANE FERREIRA CAVALCANTE
Supervisão de Editoração	ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR
Supervisão de Produção	JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

CONSELHO EDITORIAL

ADAILSON PEREIRA DE SOUZA (Ciências Agrárias)
ELIANA VASCONCELOS DA SILVA ESVAEL (Linguística, Letras E Artes)
FABIANA SENA DA SILVA (Interdisciplinar)
GISELE ROCHA CÔRTEZ (Ciências Sociais Aplicadas)
ILDA ANTONIETA SALATA TOSCANO (Ciências Exatas e da Terra)
LUANA RODRIGUES DE ALMEIDA (Ciências da Saúde)
MARIA DE LOURDES BARRETO GOMES (Engenharias)
MARIA PATRÍCIA LOPES GOLDFARB (Ciências Humanas)
MARIA REGINA VASCONCELOS BARBOSA (Ciências Biológicas)

Editora filiada à:



**Associação Brasileira
das Editoras Universitárias**

Marco Aurélio Paz Tella
Alexandre Santos Arantes de Souza
George Glauber Félix Severo
Gilvanedja Ferreira Mendes da Silva
Maria Luiza Caxias Albano
Organizadores(as)

Coletânea ObservaCult
Cultura, políticas culturais e transversalidades
em tempos de incerteza

Volume 1

João Pessoa
Editora UFPB
2020

Direitos autorais 2020 - Editora UFPB
Efetuado o Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme a Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS À EDITORA UFPB

É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998) é crime estabelecido no artigo 184 do Código Penal.

O conteúdo desta publicação é de inteira responsabilidade do autor.

Impresso no Brasil. Printed in Brazil.

Projeto Gráfico	Editora UFPB
Editoração Eletrônica e Design da Capa	Emmanuel Luna
Revisão	Átila Bezerra Tolentino Gilvanedja Mendes Ferreira da Silva Ninno Amorim

Catálogo na fonte:
Biblioteca Central da Universidade Federal da Paraíba

c694 Coletânea observcult: cultura, políticas culturais e transversalidades em tempos de incerteza / organizadores: Marco Aurélio Paz Tella ... [et al.]. - João Pessoa: Editora UFPB, 2020. 2 v.

ISBN: 978-85-237-1539-7

1. Políticas culturais. 2. Patrimônio cultural. 3. Memória. 4. Educação. I. Tella, Marco Aurélio Paz. II. Título.

CDU 32:008

UFPB/BC

Livro aprovado para publicação através do Edital Nº 5/2018-2019, financiado pelo Programa de Apoio a Produção Científica – Pró-Publicação de Livros da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba.

EDITORA UFPB	Cidade Universitária, Campus I – s/n João Pessoa – PB CEP 58.051-970 www.editora.ufpb.br editora@ufpb.br Fone: (83) 3216.7147
--------------	--

SUMÁRIO

Apresentação	9
--------------------	---

Volume 1

Políticas Culturais no Brasil

O Estado brasileiro e a Política Nacional de Cultura do Governo Geisel	15
<i>Victor Soares Lustosa</i>	

Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, resistências e incertezas no Brasil pós-golpe	31
<i>Alexandre Santos A. de Souza</i>	
<i>Romero Venâncio</i>	

Políticas Culturais e Participação Social

Sociedade Civil, participação e políticas públicas de cultura: a institucionalização da Política Nacional de Leitura e Escrita - PNLE	63
<i>Gilvanedja Mendes</i>	

Tem, mas tá faltando: trajetórias participativas dos Pontos de Cultura vistas através do Conselho Municipal de Política Cultural de João Pessoa- PB	83
<i>Isa Paula Rodrigues Moraes</i>	
<i>Sérgio Stênio Andrade Feitosa</i>	

POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL: tristes tradições, resistências e incertezas no Brasil pós-golpe

Alexandre Santos Arantes de Souza
Romero Venâncio

BREVE TRAJETÓRIA DE UM PERCURSO SINUOSO

Remontar o percurso histórico de desenvolvimento das políticas culturais no Brasil é um esforço fundamental para pensar o campo cultural brasileiro, sua diversidade e as influências sofridas por ele a partir de outros campos, como o campo político, o campo estatal e o campo acadêmico (BOURDIEU, 1983). O esforço desempenhado por alguns pensadores das políticas culturais nacionais contribuiu para a produção de uma literatura bastante sólida acerca desse percurso político e institucional. Destacam-se os trabalhos de Barbalho (2004, 2009 e 2017), Botelho (2007), Calabre (2004, 2007 e 2008) e Rubim (2007a, 2007b, 2007c, 2007d), entre outros, que se debruçam sobre os diferentes períodos dessa trajetória a partir de distintas áreas do conhecimento, historicizando, analisando e conceituando seus contornos, contextos, momentos de conformação e de virada, bem como suas tradições.

Como já destacado, um desses importantes esforços é o do professor Albino Rubim, cujas análises se dedicam a cobrir um período considerável da história das políticas culturais nacionais, marcado por intensas transformações, nem sempre positivas, mas que foram responsáveis por imprimir aspectos marcantes a este processo.

Esquemáticamente, Rubim (2007b) define três marcas constitutivas capazes de condensar o cenário de formação das políticas culturais do Estado nacional brasileiro, heranças estas definidas como as *três tristes tradições*, sendo elas, *ausência*, *autoritarismo* e *instabilidade*. Essa tríade de tradições permeia diversos momentos históricos, revelando as fragilidades de um processo eivado de vícios e dificuldades.

Atravessando os períodos, Rubim (2007b) evidencia: *i)* o caráter tardio do surgimento das políticas culturais, tomando, como marco inaugural, a experiência singular de Mário de Andrade à frente do Departamento Cultural de São Paulo, a partir de 1935, e a presença de Gustavo Capanema à frente do Ministério da Educação e Cultura (MEC), entre 1934 e 1945; *ii)* o desenvolvimento conflituoso e descontinuado, somando-se a uma íntima relação com governos autoritários, como o Estado Novo (1938–1945) e o regime instaurado no golpe civil-militar (1964–1985), períodos marcados simultaneamente por censura, mas também pela criação de importantes instituições culturais e por uma pujança artística e criativa no país; *iii)* o longo período de instabilidade e ausências do Estado brasileiro e o esvaziamento de sua função social nos governos neoliberais de Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, tendo o primeiro extinguido o Ministério da Cultura (MinC) e o transformado em Secretaria de Cultura, ligada ao MEC, e o segundo, tendo centrado o direcionamento de sua política cultural no mercado e nas leis de isenção fiscal - com forte caráter elitista, concentrador e de apelo comercial -, deixando a cargo de empresas privadas a decisão daquilo que deveria ser patrocinado (RUBIM, 2007b, 2007c).

Já outros períodos históricos - mais especificamente o Brasil Império e a República Velha – foram abordados por Alexandre Barbalho (2009), que se debruça e evidencia suas marcas. Se, por um lado, o Brasil Colônia e o Império Brasileiro cultivaram uma cultura elitista, ao gosto do Império Português, de forma a negar, proibir e, até mesmo, eliminar as expressões

culturais africanas e indígenas, por outro lado, a República, tomada pelas oligarquias regionais, em nada preocupadas com o social, relegou a cultura e a tímida construção institucional iniciada por D. João VI e continuada por D. Pedro II a um processo de derrocada e despotencialização.

Esse breve percurso traçado — feito à medida do espaço que dispomos — demonstra uma história conflituosa de cinco séculos de conformação das políticas culturais no Brasil. Por vezes, essas *tristes tradições* emergiram não isoladamente, mas em coexistência, ativadas simultaneamente, e não uma em detrimento de outra.

A GUINADA DA CULTURA

É diante desse contexto, portanto, que se encontra um dos mais importantes deslocamentos da história das políticas culturais no Brasil: a chegada de Gilberto Gil ao MinC, em 2003, a partir da eleição de Luís Inácio Lula da Silva à Presidência da República. Esse marco histórico da política nacional interfere radicalmente nas mais diversas dimensões e setores da vida pública brasileira.

Não é nosso objetivo desenvolver acerca da amplitude das mudanças vividas, possibilitadas pela chegada dos governos petistas. Nem nos cabe incorrer a nivelamentos rasteiros, como se fosse possível avaliar governos complexos como esses com uma única régua em toda sua extensão. De Lula à Dilma Rousseff, no interior do governo sempre coexistiram avanços e recuos, posturas progressistas e posturas conservadoras, políticas de transformação social, políticas reformistas e políticas de manutenção do *status quo*.

Atemo-nos, aqui, ao campo cultural e suas políticas públicas, quando se vê uma verdadeira guinada da cultura, que se desloca do lugar ao qual sempre foi relegada, vista historicamente como setor secundário, para alçar lugar de destaque, com seu fortalecimento institucional,

o reconhecimento da diversidade cultural e da transversalidade e a estruturação de políticas democratizantes.

Já em seu discurso de posse, Gil (2003) apontava os rumos que seguiria. Criticou a política cultural centrada nas leis de incentivo fiscal e no mercado; falou do Brasil profundo, do seu povo, do sincretismo, da diversidade como nosso traço identitário mais relevante; falou em extrapolar o próprio MinC, criando pontes que permitissem uma capilarização do ministério em outros setores do governo, com ênfase ao papel do Ministério das Relações Exteriores diante dos desafios de um Brasil globalizado e reposicionando-se mundialmente. Ao afirmar que, a partir dali, queria um “Ministério presente em todos os cantos e recantos de nosso país” (GIL, 2003), o ex-ministro anunciava um novo perfil para o MinC, inserindo-o na política e na vida pública do tecido social do país.

Um novo marco conceitual necessitou ser erigido, apontando para a superação das tradições tão enraizadas. O principal deslocamento promovido por esse “novo MinC” foi o de estabelecer a *dimensão antropológica* da cultura como ponto de partida para orientar as políticas, ou seja,

aquela que, levada às últimas consequências, tem em vista a formação global do indivíduo, a valorização de seus modos de viver, pensar e fruir, de suas manifestações simbólicas e materiais, e que busca, ao mesmo tempo, ampliar seu repertório de informação cultural, enriquecendo e alargando sua capacidade de agir sobre o mundo. O essencial é a qualidade de vida e a cidadania, tendo a população como foco. (BOTELHO, 2007).

O reconhecimento da cultura como direito humano, garantido na Constituição Federal Brasileira (1988), em seus artigos 215 e 216 — e fruto de consenso internacional a partir de grandes debates promovidos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)/ONU e suas orientações em diversas cartas, convenções e declarações —, deu bases para

o principal argumento teórico dessa guinada, aquilo que se intitulou de *visão tridimensional da cultura*. A compreensão alargada da existência de, pelo menos, três dimensões sobre as quais se estrutura o campo cultural ampliou o referencial teórico, até então, constituído. São elas: a *dimensão simbólica*, que engloba o fazer artístico e a diversidade cultural; a *dimensão cidadã*, que visa garantir os direitos culturais, o acesso à cultura e a participação política a partir de mecanismos de controle social; e a *dimensão econômica*, que reconhece a cultura como vetor de desenvolvimento, a partir do potencial gerador das dinâmicas próprias à economia da cultura (BRASIL, 2010).

Para responder a essa reformulação conceitual e política, foram necessárias também reformulações (e inaugurações) institucionais, criando bases para que o ministério ampliasse o seu raio de alcance e atuasse de maneira transversal aos grandes temas do país. O fortalecimento institucional do MinC, dentro e fora do governo, garantiu condições para a efetivação de políticas estruturantes, capitaneadas por processos participativos inéditos em se tratando da gestão cultural do país.

Para ser breve, destacam-se: *i*) a realização das três conferências nacionais de cultura¹ (2005, 2010 e 2013),² além de consultas públicas, seminários e debates em todas as regiões brasileiras; *ii*) o acúmulo deste percurso participativo gerou subsídios para a elaboração do Plano Nacional de Cultura 2010–2020 (Lei nº 12.343/2010), documento norteador do planejamento a longo prazo acerca das prioridades, metas e ações para os investimentos nas políticas culturais; *iii*) e a criação do Sistema Nacional de Cultura (Emenda Constitucional nº 71/2012), que define a arquitetura institucional da política pública de cultura do Brasil,

1 Em 2000, houve a realização da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. A ação foi conduzida pela Câmara dos Deputados, com parco envolvimento pela então gestão do MinC (RUBIM, 2007b).

2 Em 2013, a 3ª Conferência Nacional de Cultura teve como tema **“Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”**, evidenciando o caráter processual e em desenvolvimento das recentes políticas, assim como a pertinência de um processo permanente de monitoramento, avaliação e aprimoramento.

consistindo numa lei orgânica que define um modelo de gestão compactuado entre todos os entes federativos, assim como com a sociedade civil, engenharia esta nada fácil num país de dimensões continentais.

Ainda que críticas mereçam ser aprofundadas, como fruto da reflexão e avaliação acerca dessas políticas, é preciso também reconhecer a importância do conjunto desse processo de estruturação e implementação de instrumentos de longo prazo, para além das gestões. Para uma real avaliação, precisaríamos ir a fundo em políticas profundas, como o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, o Plano Brasil Criativo, todo o desenvolvimento de uma complexa política para o setor audiovisual, a ampla oferta de cursos, formação e certificação em todas as regiões brasileiras, os Pontos de Mídia Livre, Edital de Intercâmbio e Difusão Cultural, editais para as artes e segmentos sociais - como *hip hop*, mulheres, indígenas, quilombolas, mestres(as) da cultura popular -, além de toda a intersectorialidade institucional que o MinC, naquele momento, foi capaz de criar.

Trazer o reconhecimento das rupturas e deslocamentos promovidos pelas políticas culturais petistas não anula questões críticas. Agindo como estruturas enraizadas no Estado brasileiro e no campo cultural em diversos sentidos, as *tristes tradições* não deixaram de estar presentes, mostrando-se mais profundas e difíceis de se contornar.

Se, por um lado, ergueu-se toda uma estrutura sistêmica, buscando-se a consolidação de um modelo de referência, também se viu, ao longo de treze anos de governos petistas, o MinC “mudar de cara” inúmeras vezes, sempre à reboque da mudança de ministros, influenciando os níveis de prioridade entre as diversas políticas. Cinco ministros(as)³ se revezaram à frente do órgão, com atuações sob diferentes perfis, ora mais avançadas, inauguradoras e consistentes, ora contraditórias e, até mesmo, constrangedoras.

3 Gilberto Gil (2003–2008), Juca Ferreira (2008–2010), Ana de Hollanda (2011–2012), Marta Suplicy (2012–2014) e Juca Ferreira (2015–2016).

RUPTURA DEMOCRÁTICA E ATAQUE À CULTURA: AS TRISTES TRADIÇÕES MAIS ATUAIS QUE NUNCA

Em 2016, o país encarava um dos momentos mais agudos da crise que o abatia já há três anos. Desde 2013, estava evidente um forte clima de insatisfação popular com os rumos do país, tomando projeção com a sequência de atos de rua e manifestações conhecidas como as Jornadas de Junho. Fenômeno mal interpretado na época, veio à tona justamente quando o Brasil atravessava uma forte crise econômica, política, social e institucional — com fortes similaridades ao que já havia passado os EUA, a Europa e o mundo árabe em anos anteriores.

O aumento do preço dos combustíveis e das passagens de ônibus fez com que grandes massas fossem às ruas em todo o país, promovendo uma luta que se inicia legítima, mas que teve um trágico fim, sendo desvirtuada e manipulada por grupos políticos conservadores e pelos oligopólios da comunicação, que financiaram e pautaram a narrativa do momento. Foi desde esse momento que grande parte dos partidos de direita, aliados ao capital estrangeiro e nacional, viu a oportunidade de aprofundar ainda mais a crise e desestabilizar o governo.

Daí em diante, a legitimidade de Dilma Vana Rousseff passou a ser diuturnamente contestada, convergindo para o questionamento do resultado do processo eleitoral de 2014, que reconduziu a então presidenta ao cargo. Inúmeros partidos⁴ estiveram juntos nessa irresponsável empreitada, contando com a decisiva conivência de um ativismo judicial de claros contornos políticos e com o papel conspirador dos oligopólios midiáticos nacionais.

⁴ Listamos partidos cuja maioria ou totalidade dos(as) parlamentares votaram a favor do *impeachment*: PSDB, PMDB, PP, PSB, PSD, DEM, PR, PRB, PTB, SD, PSC, PPS, PTN, PHS, PV, PROS, PSL, PTdoB, PEN e PMB. Na Câmara, o PDT deu 2/3 de votos contrários e a Rede garantiu metade dos seus votos contrários. As bancadas do Psol, do PCdoB e do PT votaram completamente contrárias ao *impeachment*.

No entanto, é preciso que se diga que, entre 2013 e 2016, muitas políticas públicas e ações do governo federal foram minguadas e até interrompidas. O contexto de crise econômica e política, somado a uma estratégia que decidiu pela implementação de políticas de austeridade por parte do governo federal, atingiu diretamente diversas pastas, dentre elas as responsáveis por políticas sociais em diversos setores (habitação, saúde, educação etc.). Não diferente destas — e com o agravante de ainda ser institucionalmente mais frágil que estas —, as políticas culturais também foram atingidas. Tão logo o MinC sentiu os efeitos dos cortes orçamentários, também sentiram agentes e gestores culturais espalhados nas mais diversas localidades.

É preciso ter clareza do percurso da crise que atravessamos — e da qual ainda não saímos — e dos efeitos provocados por ela. Podemos considerar o ano de 2016 como um dos seus momentos mais agudos, porém não o início. Analisar profundamente sua trajetória, o encadeamento de fatos e seus impactos é uma tarefa necessária para nos situarmos hoje — mas que não figura entre nossos objetivos centrais.

Ao longo de todo esse conturbado percurso, os agentes do campo cultural cerraram fileiras no combate ao golpe parlamentar-jurídico-midiático. Palcos foram erguidos e ocupados por inúmeros artistas, ao mesmo tempo que produções estéticas foram elaboradas para denunciar o estado de exceção para o qual caminhava o país. Poemas, músicas, clipes audiovisuais, documentários, peças teatrais, *performances*, óperas e uma série de outras produções artísticas evidenciavam a violência contra a democracia brasileira. De canto a canto do Brasil, artistas e agentes culturais se manifestavam, fosse realizando seus próprios espaços de resistência, fosse compondo atos e ações realizadas por organizações sociais, sindicais e outras.

Apesar das resistências oriundas dos mais diversos setores e organizações, apesar das ruas cheias e inúmeros atos públicos de repúdio ao *impeachment*, o golpe se consolidou no parlamento, sendo aprovado pela

Câmara e pelo Senado, sob conviência do Poder Judiciário e proclamado como a solução para o país pelos principais veículos de mídia. Com isso, se viu emergir um estado de ruptura democrática no Brasil, a partir do *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, em abril de 2016, devidamente orquestrado por seu vice, Michel Temer (do então PMDB, atual MDB), articulado a um conjunto de forças e poderes políticos. O *impeachment* de Dilma e a ascensão de seu vice, num claro movimento conspiratório, levando à tomada do Poder Executivo pelo PMDB, demarca o aprofundamento do processo de derrocada democrática que o país passou a vivenciar.

Tão logo Michel Temer assumiu, ficou evidente que o golpe não foi endereçado exclusivamente ao governo petista, mas, sim, a todo um contexto de fortalecimento de movimentos e forças populares e de desenvolvimento de políticas públicas de caráter social e a um processo de empoderamento da sociedade civil organizada. O primeiro ato institucional do presidente, até então, dito interino, reafirma essa análise: uma reforma ministerial feita às pressas nos primeiros dias de governo extinguiu e reformulou as principais pastas que tratavam de políticas sociais, ambientais, culturais, de direitos humanos, habitacionais, agrárias, entre outras.

Michel Temer extinguiu o MinC e o reduziu ao *status* de secretaria vinculada ao MEC — aos moldes do que fez Fernando Collor. Num único ato, desfez-se de todo um processo de estruturação do campo cultural e das políticas públicas de cultura, desconsiderando não apenas as políticas dos 13 anos anteriores, mas o próprio MinC, instituição cuja criação, em 1985, sempre carregou o peso simbólico de representar a abertura política, o fim da ditadura militar e o início de um processo democrático no país. O MinC, símbolo da retomada democrática, via-se novamente atacado em pleno contexto autoritário — e, com ele, todo o campo cultural e seus agentes. Arriscamo-nos a dizer que a extinção do MinC não somente compunha a agenda de retrocessos sociais proposta pelo governo, mas também se revestiu de um caráter de vingança contra aqueles que denunciaram, enfrentaram,

amplificaram e visibilizaram nacional e internacionalmente⁵ o movimento golpista que se desenvolvera no Brasil.

Diante da ofensiva, a reação foi rápida. Organizações se posicionaram através de cartas; artistas e políticos fizeram declarações contrárias à extinção à imprensa; um manifesto nacional passou a circular nas redes sociais, recebendo rápida adesão. Enquanto os diversos segmentos passavam a se posicionar, no dia 13 de maio de 2016 (GONÇALVES, 2016), dia seguinte ao ato de extinção, jovens agentes culturais ocuparam a sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) em Curitiba. Diferente das ações de denúncia e resistência no decorrer da consolidação do *impeachment*, cuja maioria dos atos foi convocada pelas centrais sindicais, essa ação de ocupação em Curitiba partiu de uma deliberação espontânea entre agentes culturais, produtores e artistas.

Nos dias seguintes, o que se viu foi uma onda de ocupações que se espalhou por todo o país, tendo como alvo os prédios de instituições ligadas ao MinC, como o Iphan, a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e outros órgãos vinculados. O campo cultural passava a dar uma das respostas mais contundentes, até então, vistas, numa clara atitude de afronta e resistência à autoritária decisão do governo.

É preciso destacar algumas características desse processo de ocupação, que se tornou conhecido como OcupaMinC: *i)* tendo sido iniciadas fora do eixo hegemônico polarizado entre Rio de Janeiro e São Paulo, as ocupações do MinC surpreenderam o país, pois a expectativa era de que alguma reação surgisse primeiro nesses estados, que são centros econômicos e políticos do país; *ii)* o OcupaMinC foi o primeiro movimento mais radicalizado após o processo

5 Não em detrimento a tantas outras manifestações que merecerem consideração pela sua potência, destacamos como emblemática a denúncia internacional protagonizada pelo diretor Kleber Mendonça Filho e os atores e atrizes do filme *Aquarius*, que, durante a premiação no Festival de Cannes (França), estenderam cartazes que diziam “A coup took place in Brazil”, “Um coup d’état a eu lieu au Brésil”, “Brazil is experiencing coup d’état”, entre outros. Não por acaso, mais tarde, o diretor foi alvo de investigação com nítido contorno persecutório.

de *impeachment*, promovendo atos de desobediência civil em escala nacional ao ocupar prédios públicos federais, sendo também o primeiro movimento a dar uma resposta contundente sobre a reforma ministerial e o desmonte das políticas públicas, num contexto em que grande parte das organizações sociais inscritas no espectro político da esquerda e centro-esquerda permanecia atônita, fragmentada, sem reação ao golpe e com sérias dificuldades de produzir análises de conjuntura e encaminhamentos comuns; *iii*) o campo cultural possui inúmeras entidades e grupos representativos dos mais diversos segmentos que o compõem, contudo, difere-se de outros campos e setores da sociedade cuja organização e representação está centralizada em entidades de classe; neste sentido, fatores como a alta informalidade, sua ampla abrangência, assim como uma certa fragmentação organizativa, fazem com que uma grande maioria de indivíduos que se reconhece como agentes do campo da cultura não esteja organizada em entidades classistas; dessa forma, configura-se como um campo de forte caráter autonomista, o que se viu refletir diretamente nas ocupações: puxadas inicialmente de forma espontânea por um grupo de militantes culturais, estas cresceram não pela centralidade de organizações de classe, mas pela adesão de artistas, produtores culturais, estudantes e agentes culturais engajados, além de uma grande massa de juventude interessada em compor um processo de resistência direta, algo, até então, arrefecido pelos movimentos sociais de organização mais clássica, centralizada, que limitaram suas ações a atos de rua que pouco ou nenhum efeito surtiram para além da denúncia.

A cada dia, uma ou mais ocupações eram anunciadas. Até que, em 24 de maio (11 dias após a primeira ocupação), em Audiência Pública⁶ da Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados (OLIVEIRA, 2016), em Brasília, com representações de todas as regiões, era anunciada que as ocupações da cultura haviam chegado, naquele momento, à totalidade das capitais brasileiras e a mais

6 A Audiência Pública foi convocada por parlamentares solidários às causas do movimento cultural e que se puseram à disposição para a luta pela volta do MinC.

algumas cidades interioranas. A audiência teve como pauta a defesa do MinC e uma forte preocupação com as mudanças anunciadas para o Iphan.⁷

No contexto das lutas de resistência ao golpe e aos ataques das elites nacionais, as ocupações da cultura podem ser comparadas somente às ocupações das escolas de ensino médio protagonizadas por jovens de todo o país no ano anterior, porém localizadas com maior ênfase na região Sudeste.

Barbalho (2017) analisa que a reação dada pelos movimentos culturais foi reflexo de um processo de politização pelo qual passou todo o campo cultural ao longo dos últimos anos. Arriscamos dizer que esse episódio serviu para afirmar um contraponto àquelas *tristes tradições* enunciadas por Rubim (2007a, 2007b). Se, por um lado, o novo governo retomava tradições como a relação entre autoritarismo e políticas culturais, por outro, os movimentos culturais afirmavam a participação social e o caráter fundamentalmente democrático como novos fatores constitutivos destas políticas — e que deles não se abria mão.

As políticas culturais já não podem ser formuladas e implementadas de forma descolada de processos de participação direta da sociedade civil, e o desmonte do MinC representava um ato anacrônico diante deste novo momento da cultura brasileira. Perguntamo-nos, a partir destas evidências, se a dimensão cidadã da cultura, e mais, a sua dimensão radicalmente democrática, pode ser considerada uma nova tradição afirmativa do campo cultural. Estaria a participação social e cidadã consolidada como fator constitutivo desse campo no atual contexto?

Somente as ocupações da cultura já renderiam um amplo e complexo trabalho, que poderia ser analisado sob diversos aspectos. Tendo estes autores participado ativamente da ocupação ocorrida na sede do Iphan

7 Na ocasião também foi expressa a preocupação dos agentes culturais com o anúncio da criação da Secretaria Especial do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por meio da Medida Provisória nº 728/2016, extinguindo e substituindo o Iphan sem nenhum diálogo com a sociedade (OLIVEIRA, 2016).

em João Pessoa (Paraíba) e, ainda, visitado outras ocupações e mantido contato direto com inúmeros agentes culturais pelo Brasil, é possível dizer que cada ocupação teve um processo singular de organização. Nenhuma foi igual a outra e cada uma é merecedora de reflexão e análise — conectada, claro, ao contexto geral daquele momento e das narrativas em disputa.

Em 25 de julho de 2016, após 74 dias de intensa mobilização, articulação e pressão junto aos poderes públicos e às forças políticas, o governo federal anunciou a revogação da extinção do MinC. Das poucas vitórias da sociedade civil sobre o governo instaurado, essa seria a primeira — e por um longo período, a única.

Dois fatos que se seguiram após a revogação da extinção do MinC são sintomáticos do contexto pelo qual passaram as instituições culturais e suas políticas públicas durante o governo de Michel Temer. O primeiro fato foi a atabalhoada tentativa de nomeação de uma nova ministra da cultura. A tentativa de nomear uma ministra mulher se deu como resposta às críticas feitas pela opinião pública e pela imprensa sobre a composição dos principais cargos do governo, formada completamente por homens brancos e de alto poder aquisitivo. Foram feitos cinco convites⁸ a personalidades mulheres representativas do campo cultural, todos sumariamente recusados. Portanto, outra *triste tradição* reativada pelo governo de Michel Temer foi a da *instabilidade*, aqui, não atrelada à troca de ministros — o que se verá acontecer mais à frente —, mas, sim, às recusas a assumir tal cargo, evidenciando o desprestígio do governo, que passava a ser transferido também ao MinC sob sua gestão.

O ciclo de recusas só foi interrompido após a desistência do governo em tentar garantir um nome feminino à frente do cargo. Foi esse, portanto, o contexto no qual foi convidado o primeiro ministro da

8 Na ordem, foram convidadas: a apresentadora Marília Gabriela; a gestora Claudia de Sousa Leitão; a consultora de projetos culturais, Eliane Costa; a atriz Bruna Lombardi; e a cantora Daniela Mercury (REDAÇÃO PRAGMATISMO, 2016).

Cultura do governo Temer, o diplomata fluminense Marcelo Calero. A gestão do então ministro Calero durou menos de sete meses. Sendo assim, o que realmente nos importa analisar não são os seus parques feitos, mas a forma e os motivos pelos quais pediu afastamento.

O segundo fato sintomático que caracteriza o MinC desse governo é o escândalo envolvendo o então ministro Geddel Vieira de Lima, da Secretaria-Geral da Presidência da República, homem de forte influência no interior da gestão federal. Calero pediu demissão e, ao sair, denunciou à imprensa os motivos: havia sido pressionado por Vieira de Lima⁹ para liberar, através do Iphan, a construção de um prédio de luxo em área histórica tombada, em Salvador, com a intenção de favorecer seus investimentos pessoais, haja visto que possuía um imóvel no empreendimento.

Não nos atrevemos, aqui, a dizer que se inaugura com este caso a relação entre políticas culturais e corrupção. Contudo, o que poderia se esperar de um governo que ascende através de um golpe e é comandado por políticos de trajetória nada ilibada? A resposta do ex-ministro Marcelo Calero expôs a tentativa de corromper o MinC com os vícios do campo político brasileiro. Caso não fizesse dessa forma, é possível supor que essa seria apenas a primeira de outras investidas que viriam na sequência.

O que se seguiu a essa escandalosa retomada foi um contexto de forte instabilidade, com trocas de ministros¹⁰ em curto espaço de tempo, encerramentos de importantes políticas públicas e o drástico estrangulamento orçamentário da pasta. Após a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 95, que estabeleceu um teto de gastos

9 Geddel Vieira de Lima foi preso em 8 de setembro de 2017 pela Polícia Federal, na Operação Cui Bono, que investigava desvios na Caixa Econômica Federal. Em um apartamento dele em Salvador, foi encontrada quantia no valor de R\$ 51 milhões de reais.

10 Ao longo de 30 meses de governo, trocou-se quatro vezes de ministro da cultura: Marcelo Calero (maio/2016–nov./2016), Roberto Freire (nov./2016–maio/2017), João Batista de Andrade (maio/2017–jul./2018) e Sérgio Sá Leitão (jul./2017–dez./2018)

pelo período de 20 anos, o orçamento do MinC caiu drasticamente. O orçamento discricionário do ministério, que compreende as despesas sobre as quais os gestores têm poder de decisão — usadas para custeio, manutenção e investimento em políticas públicas —, teve perda real de mais de 20% entre o final de 2014, ano de forte crise, e o final de 2018, passando de R\$ 1,05 bilhão para R\$ 797,71 milhões.¹¹

O poder que teve a sociedade civil e os movimentos culturais para reverter a extinção do MinC não se repetiu para fazer reverter a perda de políticas públicas estruturantes. Inúmeros programas, projetos e ações desenvolvidos pelo MinC em todo o território nacional foram desarticulados, gerando descontinuidades e outros efeitos perversos — como, por exemplo, o não pagamento¹² a projetos aprovados em editais públicos, levando agentes culturais a contraírem dívidas ou perderem sua credibilidade perante às comunidades em que atuam.

O novo repertório das políticas culturais do MinC pós-golpe trouxe à tona aquilo que se pensava já haver sido superado. A centralidade dada ao mercado, anunciando uma tendência de terceirização e privatização das instituições culturais; uma crescente e íntima relação com os interesses de oligopólios midiáticos que dominam, entre outros setores, a produção e a distribuição do cinema nacional — mais especificamente as Organizações Globo; e o esvaziamento de um conceito abrangente de cultura e de políticas culturais, estreitando a amplitude do campo e conferindo ênfase ao setor da economia criativa, num modelo pouco adequado ao Brasil e à América Latina, tomando as indústrias e o mercado hegemônico como ponto de partida e *locus* prioritário da sua atuação. Um repertório, portanto, não apenas reducionista, mas nocivo à diversidade cultural brasileira.

11 Dados coletados através do Portal da Transparência: <http://www.portaltransparencia.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2018.

12 A Paraíba, foi impactada com o não pagamento do Fundo de Incentivo à Cultura Augusto dos Anjos (FIC), lançado no final de 2014. Parte dos recursos do edital advinha de verbas federais. Ao não pagar, União e estado descumpriram compromissos assumidos junto à sociedade civil.

O governo Temer conseguiu articular, na essência de suas políticas e de suas práticas de gestão, as marcas de cada *triste tradição*, além de fazer emergir outras. Conseguiu ser *ausente* quando permitiu que o MinC perdesse sua capilaridade pelo país, não mais atingindo os rincões do território nacional e sem ultrapassar os eixos estabelecidos; *autoritário* — desde o modo como chegou ao poder — ao encerrar o diálogo institucional com a sociedade civil e por não dar continuidade aos fóruns de debate e decisão, como conselhos e conferências; *instável*, ao passo que inúmeras políticas em vias de consolidação foram sumariamente eliminadas, sufocadas e extintas; e *elitista*, ao sepultar o reconhecimento da diversidade cultural como princípio fundante da política pública de cultura, demonstrando despreço pelas culturas populares e pelas expressões culturais que emergem de baixo para cima.

Se foi capaz de abrir caminhos para a reativação das piores tradições geradas em nossa frágil trajetória de conformação de políticas culturais, saiba-se que o MinC pós-golpe ampliou substancialmente essas tristes marcas, somando outras a elas. Podemos listar como marcas constituintes do MinC sob a batuta de Sérgio Sá Leitão, sucessor de Calero: o *entreguismo*, ao abrir mão da formulação de políticas públicas para diversos segmentos e destinar sua gestão e recursos para empresas e organizações privadas; a *mediocridade*, ao encerrar políticas estruturantes, reconhecidas internacionalmente, sob a evidente motivação de terem sido formuladas por governos anteriores; a *inoperância*, pela incapacidade de gestão das políticas complexas; o caráter *excludente*, ao extirpar as políticas inclusivas e o conceito de cultura como direito de cidadania; a *plutocracia*, ao manter as portas do ministério permanentemente abertas para setores que representam o *establishment* da indústria cultural do país, mas fechá-las para os movimentos culturais; e a *desimportância*, tendo em vista o apequenamento do ministério — em recursos e *status* — perante o governo e a sociedade, retornando aos moldes de outros tempos, quando o campo da cultura era tratado como irrelevante e menor.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMPO PRESENTE A CAMINHO DA CONCLUSÃO

As eleições presidenciais de 2018 foram, ao mesmo tempo, atípicas e reveladoras. Atípicas pelo evidente crescimento de uma atmosfera extremista, sectária, com a elevação de discursos de ódio, fundamentalistas, antipolíticos, anticientíficos, beligerantes, preconceituosos e moralistas. Também as *fake news* tornaram-se um componente definidor, marcando o pleito eleitoral com desinformação e notícias falsas veiculadas, principalmente, através de redes sociais. Foram eleições reveladoras, a medida em que todo um contexto de acirramento ideológico – que já se anunciava desde, pelo menos, 2013 – elevou-se nas mais diversas esferas da vida, nos ambientes mais comuns (nas ruas, nos espaços de trabalho, no seio familiar etc.), evidenciando o alinhamento de grande parcela da sociedade brasileira a esses novos discursos que chegavam à tona com o processo eleitoral e seus candidatos.

O resultado do pleito já é amplamente conhecido. Foi eleito o capitão reformado do Exército, Jair Messias Bolsonaro. É em suas mãos que o Brasil vive uma perigosa experiência em curso.

Principal disseminador dos tipos de discursos ora mencionados, o atual presidente brasileiro baseou sua campanha numa plataforma política ultraliberal, de extrema direita, fazendo convergir elementos como fundamentalismo religioso cristão, apoio a milícias, negacionismo histórico, culto à ditadura civil-militar e seus torturadores, combate ao contraditório e pregação de extermínio de opositores políticos, enfrentamento à diversidade cultural e religiosa, entre outros fatores que mobilizaram a cena política e a vida social, levando a sociedade brasileira a um estado de forte polarização e acirramento.

Seu perfil já era bastante conhecido no Rio de Janeiro, seu domicílio eleitoral, mas ganhou projeção nacional a partir do que veio à tona ao longo das eleições. Tendo sido vereador do Rio de Janeiro (1989-

1990) e Deputado Federal por sete mandatos 1991 e 2018, Jair Bolsonaro teve uma trajetória política no Congresso pouco expressiva, com apenas dois Projetos de Lei e uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) aprovados. Mas foi por meio de conteúdos que viralizaram em redes sociais que o Brasil pôde conhecer melhor Jair Bolsonaro.

Eclodiram nas redes digitais inúmeras declarações dadas por Jair Bolsonaro, em diferentes épocas de sua vida, onde ora defendia golpe militar e fechamento do Congresso e STF, ora desferindo opiniões preconceituosas e racistas. Destacamos, por exemplo, uma entrevista ao programa Câmara Aberta, da TV Bandeirantes, em 1999, quando o então Deputado Federal, ao ser perguntado pelo entrevistador “se você fosse hoje o presidente da República, você fecharia o Congresso Nacional?”, respondeu prontamente:

Não há a menor dúvida. Daria golpe no mesmo dia, no mesmo dia. Não funciona. E tenho certeza de que, pelo menos, noventa por cento da população ia fazer festa e bater palma, porque não funciona. Pra que um Congresso hoje em dia? Não serve pra nada, xará. Só vota o que o presidente quer. Se ele é a pessoa que decide, que manda, que tripudia em cima do Congresso, então, dê logo um golpe. Parte logo pra ditadura. Agora, não vai falar em ditadura militar aqui. Só desapareceram 282, a maioria marginais, assaltantes de bancos, sequestradores. [...] (BOLSONARO, 1999, não paginado)

Noutro trecho da mesma entrevista, já no encerramento, ao ser perguntado sobre se havia esperança de um Brasil melhor e de que maneira enxergava seu país, Bolsonaro respondeu:

[...] Me desculpa, né, mas através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada. Você só vai mudar quando, infelizmente, um dia nós partirmos para uma guerra civil aqui dentro, e fazendo o trabalho que o Regime Militar não fez, matando uns 30 mil, começando pelo FHC. Não deixar ir pra fora, não, matando. Se vai morrer alguns

inocentes, tudo bem, em tudo quanto é guerra morre inocentes. [...] (BOLSONARO, 1999, não paginado)

Estes breves trechos de sua entrevista demonstram com clareza a falta de apreço do atual presidente brasileiro pela democracia e pelas instituições que regem a República. Tendo em vista a data da entrevista destacada, pode-se dizer que a verve autoritária que tem demonstrado durante seu mandato presidencial em curso não é algo novo em seu repertório político, compondo seus discursos e práticas ao longo de sua carreira política.

Outra declaração também chamou a atenção durante as eleições, essa dada mais recentemente, em 2017, quando o mesmo palestrava para a comunidade judaica no Clube Hebraica, do Rio de Janeiro. Na ocasião, Jair Bolsonaro falava sobre seu incômodo com as comunidades indígenas e quilombolas existentes no Brasil, afirmando serem fatores impeditivos para que o país explorasse suas riquezas naturais, haja visto que grande parte destas riquezas estariam localizadas em territórios protegidos.

Aqui são as reservas indígenas no Brasil. Onde tem uma reserva indígena, tem uma riqueza embaixo dela. Temos que mudar isso daí. Mas nós não temos, hoje em dia, mais autonomia para mudar isso daí. Entregou-se tanto nossa nação que chegamos a esse ponto. Mas ta pra mudar o nosso país. Isso aqui é só reserva indígena. Ta faltando quilombolas, é outra brincadeira... Eu fui num quilombola em Eldorado paulista, olha... o afrodescendente mais leve lá pesava sete arrobas. Não fazem nada. Eu acho que nem pra procriadores servem mais. [...] Parem de querer viver, essa minoria, nas tetas de quem trabalha. Que não é teta do governo, não. Que o dinheiro não é do governo, o dinheiro é nosso. Pode ter certeza, se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Esses inúteis vão ter que trabalhar. Se eu chegar lá, no que depender de mim, todo cidadão vai ter uma arma de fogo em casa. Não vai ter um centímetro demarcado pra reserva indígena ou pra quilombola. [...] (BOLSONARO, 2017, não paginado)

A declaração foi dada sob risos e aplausos da plateia, que gritava efusivamente “mito, mito”. Sua fala é claramente envolta por negação e preconceito. Por um lado, nega-se a reconhecer o papel histórico dos povos indígenas e afrodescendentes para a formação cultural do Brasil e desconhece a função social que exercem. Por outro lado, destila preconceito, comparando quilombolas a animais, avaliando-os por “arrobas”, medida utilizada para pesar gados. Se antes vimos o desprezo pela democracia e pelas instituições que a protegem, vemos agora um discurso com alto teor de racismo, subalternizando indígenas e negros, coisificando seus corpos, relativizando seu papel na composição da sociedade brasileira e em sua diversidade cultural, imbuindo-se de beligerância e elitismo como método populista de atuação política.

Retomar estas duas declarações nos possibilita compreender o universo político e discursivo de Jair Bolsonaro, expondo as bases do seu modo de fazer política. Ao referir-se desse modo a estes povos tradicionais, Bolsonaro revela como enxerga-os, negando-lhes o direito à equidade, à diferença, ao pluralismo e à diversidade cultural, assim como recusando-se a reconhecer suas lutas históricas, marcadas por organização política, engajamento social e agendas robustas pela garantia de direitos.

No tocante ao campo cultural, a postura adotada por Jair Bolsonaro em Programa de Governo cadastrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já evidenciava seus planos. O então candidato não dedicou uma linha sequer às políticas públicas de cultura, nenhuma proposta, como constataam Coimbra e Moraes (2019). Sem abordar o tema, percebe-se que Bolsonaro não apenas esquivou-se de trata-lo, como operou, coordenadamente, o seu silenciamento, agindo como uma negação tácita a sua relevância e pertinência, configurando-se esta ausência como uma forma de enfrentamento em si, a medida em que renunciava seu principal plano para o setor: o sufocamento integral das políticas culturais e suas instituições.

Representante de um campo ideológico forjado na aliança entre liberalismo econômico e conservadorismo moral, a todo momento Bolsonaro busca apresentar-se como a “nova direita” (sic), pautada pelo neoliberalismo e neoconservadorismo (COIMBRA e MORAIS, 2019, p. 149). A articulação dessas linhas ideológicas apontam para um amplo retrocesso na agenda pública das políticas culturais. Defensor do Estado mínimo e da meritocracia num país de profunda desigualdade social, seu projeto político entra em rota de colisão com os avanços institucionais conquistados em anos anteriores, mais detidamente nos governos petistas, quando instituiu-se o Sistema Nacional de Cultura, o Plano Nacional de Cultura, políticas setoriais e a construção de inúmeros dispositivos de fomento, sendo estes instrumentos e legislações voltados ao desenvolvimento cultural em todas as suas dimensões e para todas as regiões do país. Neste sentido, Bolsonaro apresenta um projeto político-ideológico que vai de encontro não apenas ao campo cultural, mas, ainda mais, à Constituição Federal de 1988 – reconhecida como a Constituição cidadã - e seu projeto democratizante de país. (JALES e TEIXEIRA, 2019; COIMBRA e MORAIS, 2019)

Após eleito, ao assumir o comando do Palácio do Planalto, em seu primeiro dia como presidente, Jair Bolsonaro desfere um duro golpe contra o campo cultural: por meio da Medida Provisória 870/2019, extinguiu o Ministério da Cultura – junto com inúmeros outros órgãos responsáveis pelas políticas sociais –, transformando-o em Secretaria Especial da Cultura, ligada ao Ministério da Cidadania (este criado pela união entre os Ministérios da Cultura, do Esporte e do Desenvolvimento Social). Este retrocesso institucional é fruto não apenas de uma evidente incompreensão acerca do campo cultural, mas de um projeto político que reconhece este campo como uma ameaça, principalmente por ser constituído por atores sociais que simbolizam verdadeiro contraponto a tudo o que o atual presidente brasileiro representa. Em sua lógica de

guerra cultural, Bolsonaro elegeu a cultura, a educação, a comunicação e os direitos humanos como “vilões” a serem combatidos.

Pode se dizer que a atual Secretaria Especial da Cultura reavive, aprofunda e amplia o cenário das tristes tradições. A intensa troca de secretários faz com que, ao tempo em que escrevemos, o órgão já tenha passado pelas mãos de cinco gestores diferentes, com inúmeras mudanças de equipe, demonstrando-se em permanente descontinuidade e sem capacidade de propor políticas consistentes de maior duração. Os motivos pelas trocas descortinam ainda mais esse cenário. No caso do primeiro Secretário, José Henrique Pires, sua saída foi marcada por negar-se a ingerência promovida pelo presidente e pelo Ministro da Cidadania, Osmar Terra, ao suspender um edital da Agência Nacional de Cinema (Ancine) voltado a produção de séries temáticas para emissoras públicas de televisão que tinha entre os pré-selecionados projetos de temática LGBT. Tão logo, percebeu-se que a agenda de ingerências e desconstrução da Ancine e de outros órgãos era mais profunda e sistemática, com mudanças em seu Conselho e outras posturas de estrangulamento da sua atuação. Neste contexto, o então Secretário pediu exoneração do cargo após oito meses de gestão.

Na sequência, a Secretaria Especial da Cultura foi passada para as mãos do economista Ricardo Braga, empresário do ramo do financeiro, sem experiência com o campo cultural e suas políticas. Alheio ao campo cultural, sua breve passagem a frente do órgão durou apenas dois meses.

No dia seguinte a saída de Ricardo Braga, em 6 de novembro de 2019, com a Secretaria ainda sem comando, o presidente editou o Decreto 10.107, que transferiu a Secretaria Especial da Cultura para o Ministério do Turismo, mudança conturbada, cujos efeitos levaram meses a serem sanados, tendo em vista que, mesmo após o Decreto, parte do órgão permaneceu no Ministério da Cidadania, tumultuando e sobrepondo competências, o que somente se resolveu mais a frente, com o alinhamento ao novo Ministério.

O terceiro Secretário foi o dramaturgo Roberto Alvim, ator e diretor que, pouco antes de ser nomeado, passou a declarar apoios públicos a Jair Bolsonaro, tendo lançado, inclusive, uma proposta de cadastramento de artistas conservadores para apoiarem o presidente. Sua gestão foi interrompida quando o então Secretário produziu um vídeo institucional anunciando o lançamento de um obtuso Edital do Prêmio Nacional das Artes de forte caráter elitista, mas tendo chamado atenção muito mais por sua grotesca performance: texto e interpretação copiavam integralmente discurso do ministro nazista Joseph Goebbels, braço direito de Adolf Hitler, exaltando uma arte brasileira *heroica e nacional*. Ainda que tenha tentado se justificar, as similaridades com o vídeo original eram inegáveis, ao passo em que chocou a opinião pública e o governo federal sentiu forte pressão dos mais diversos setores da política, inclusive, de apoiadores da comunidade judaica. Sua gestão durou menos de três meses.

A quarta Secretária de Cultura do governo Bolsonaro foi a famosa atriz Regina Duarte. Apoiadora do presidente desde sua candidatura, a atriz, bastante conhecida por sua larga carreira artística e seu protagonismo em grandes novelas que marcaram o país, jamais havia sido gestora pública. Sua chegada é marcada pela denúncia de que determinado projeto seu, ligado a sua produtora, estaria com a prestação de contas irregular, não concluída dentro do prazo – algo que seria incompatível a assumir o cargo, mas que não abalou sua chegada perante o Planalto. Por sua vez, em sua aclamada posse, Regina Duarte demonstrou um profundo desconhecimento acerca da trajetória das políticas culturais nacionais, proferindo um discurso vazio de conteúdo e permeado de deslizes. A atriz não chegou a avançar em nenhuma agenda séria, estando sempre recuada, num eterno estado de “em análise”, tendo em vista sua nula experiência em gestão de políticas públicas.

É preciso que se registre que, concomitante a chegada de Regina Duarte ao cargo de Secretária de Cultura, o Brasil e o mundo passam a

atravessar uma forte pandemia global causada pelo Covid-19, o coronavírus. O estado de emergência sanitária abalou todo o setor produtivo da cultura, a medida em que foi o primeiro a ser atingido, com o fechamento de espaços culturais e o impedimento a que amplas cadeias produtivas e seus trabalhadores desempenhassem suas funções. No Congresso Nacional, emergiu uma articulação para a construção do Projeto de Lei de Emergência Cultural (Lei n. 1.075/2020), proposta pela deputada federal Benedita da Silva e relatada pela deputada Jandira Feghali, que destina recursos do Fundo Nacional de Cultura na ordem de R\$ 3 bi para investimentos a serem realizados por estados e municípios no setor cultural de suas localidades, utilizando mecanismos como auxílio a pessoas e espaços culturais e editais para projetos. Desde o início da pandemia sanitária, esta lei foi a principal agenda pública do campo cultural ao longo do ano de 2020 – e continuará, a medida em que seus recursos atravessarão o ano seguinte -, passando por sua elaboração, articulação, mobilização, aprovação no Congresso, sanção presidencial e implementação pelos demais entes federativos. Sua construção mobilizou agentes, gestores e organizações culturais de canto a canto do país, numa frente que denominou-se Articulação Nacional de Emergência Cultural, reunindo sociedade civil organizada e gestores públicos comprometidos. O que se percebe, no entanto, é que a Secretaria Especial da Cultura não atuou em momento algum em prol deste processo político. Não posicionou-se, não convocou os atores ao diálogo, não teve papel articulador, não mediu junto ao Planalto, ou seja, abriu mão de seu papel, mantendo-se alheia ao processo. Como única medida realizada, publicou a Instrução Normativa n. 5, que flexibilizou procedimentos da prestação de contas e outros para a Lei de Incentivo à Cultura, medida que não produziu impacto algum na profunda crise vivida pelo setor. Alvo de questionamentos por artistas de alta projeção no cenário artístico brasileiro, a então Secretária protagonizou o desfecho de sua curta temporada como gestora numa lamentável cena, em que, durante entrevista para a CNN Brasil,

alterou-se com repórteres diante de vídeos de artistas que cobravam atitude. Na mesma entrevista, suas declarações relativizaram a ditadura civil-militar e as mortes decorrentes desse nefasto período da história brasileira. Regina Duarte passou menos de três meses como Secretária da Cultura.

Aos dezoito meses de governo Bolsonaro, a Secretaria Especial da Cultura chega a seu quinto Secretário, o ator Mario Frias, cuja nomeação recente nos impede de analisar, exigindo, por sua vez, maior distanciamento histórico. Contudo, em sua chegada, Frias declarou-se contrário ao auxílio de R\$ 600 previsto na Lei Emergencial Cultural, um completo dissenso com a realidade de uma grande massa de trabalhadores da cultura impedidos de trabalhar.

Por fim, é preciso que se diga que o apequenamento e a subalternização do campo cultural e das políticas culturais tem deixado marcas profundas. A ausência de um órgão presente na vida cultural nacional, a descontinuidade dos gestores, a inconstância e inconsistência das definições (isso quando há alguma definição), a negação do SNC, do PNC e das demais políticas estruturantes, o desmonte da estrutura organizacional, entre outros aspectos que marcam a gestão cultural do governo Bolsonaro sinalizam para um cenário de completa asfixia e de nulidade deste órgão frente aos desafios contemporâneos do campo cultural. As investidas em promover um dirigismo autoritário na gestão cultural já eram previsíveis desde a candidatura, devido ao perfil do então candidato. É possível afirmar que o campo cultural, hoje, encontra-se em profundo abandono pelo Governo Federal.

À GUISA DE CONCLUSÃO

Não é simples retomar a complexa trajetória das políticas culturais no Brasil. Menos ainda falar do percurso trilhado recentemente, após o

golpe dado na jovem democracia brasileira, ao tempo em que este ainda se desenvolve. Escrevemos num momento de profundas incertezas sobre o futuro do país, em meio a uma forte disputa ideológica e de narrativas e de extrema polarização da sociedade. A extinção do MinC e sua transformação em Secretaria e sua utilização para a implementação de uma agenda conservadora e extremista tornam-se manchas em sua própria história.

O ataque à diversidade cultural brasileira e às políticas culturais está no repertório de toda uma agenda extremista, de forte apelo beligerante, opressor e manipulador. Indígenas, quilombolas, povos de terreiro, religiões de matrizes africanas, LGBTQIA+, nordestinos e nortistas, os pobres do país, entre diversos outros grupos sociais, estão sob a mira de um projeto fundamentalista e elitista que os desconsidera e promove o seu combate. Homofóbicos, machistas, racistas, corruptos, plutocratas, representantes das elites nacionais e estrangeiras e militares passaram a se afirmar politicamente após o golpe e conseguiram garantir a vitória de Jair Bolsonaro, à Presidência da República, simbolizando as piores tradições e traumas da nossa história de país colonizado.

A análise dos impactos que isso representa para o campo cultural e suas políticas só poderá ser analisado com mais profundidade no futuro, com maior distanciamento da experiência em curso. Mas o avanço de uma onda conservadora na sociedade brasileira dá o tom dos desafios que se apresentam pela frente. Podemos analisar que o ataque sistemático das forças políticas conservadoras à existência do MinC e suas políticas para a diversidade cultural é a recusa à própria democracia, à medida em que a existência do Ministério sempre representou a criação de uma instituição necessária ao processo democrático brasileiro, oriunda de um momento de encerramento da ditadura civil-militar — o que afronta claramente o atual governo e sua ideologia, que traz a beligerância e a militância como plataforma política e *modus operandi*.

Nesse sentido, se o campo cultural incomoda tanto as forças políticas conservadoras, é nele que se deve mirar um projeto radicalmente democrático e democratizante de políticas públicas transformadoras no Brasil, que sirva também a um projeto transformador da própria sociedade.

Na busca por uma retomada democrática no país, apontamos a urgência da recriação do Ministério da Cultura e do desempenho do seu papel no tecido social e cultural do país como elemento central para o campo cultural. Um Ministério da Cultura que se faça presente nos mais diversos rincões do país, como fruto de um projeto profundo de disputa da sociedade e de implementação de políticas transformadoras. Em tempos de incerteza sobre o futuro político, a maior certeza deve ser o norte desse projeto: o fortalecimento da democracia; a garantia da participação social nos mais diversos níveis da vida pública e da política nacional; a intersetorialidade e a transversalidade, que complexifica e amplia a abrangência do campo cultural e outros campos; e a defesa radical de uma política cultural para a diversidade, reconhecendo as singularidades e complexidades de um país de extensão continental.

Vimos que, por um lado, determinadas *tristes tradições* buscam manter-se firmes e presentes no campo da cultura, enquanto outras buscam incorporar-se a ele e ampliar o rol das negativas marcas, na intenção de se fazerem duradouras. Por outro lado, outras marcas passaram a compor o cenário de disputas no interior desse campo e, mais especificamente, entre as políticas culturais, refletindo também o contexto das disputas sociais e políticas. Podemos citar o engajamento social dos atores políticos do campo cultural, a recusa ao autoritarismo, a presença marcante nas lutas democráticas, o domínio cada vez maior das ferramentas político-administrativas na construção das políticas públicas, a exigência da abertura à participação social, entre outras. É possível afirmar que a disputa pela conformação do campo cultural se mantém mais acirrada do que nunca, o que reafirma a importância e a centralidade da cultura para a reformulação de uma agenda democrática para o país.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. In: Políticas Culturais em Revista, v. 10, n. 1, 2017. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/22014>. Acesso em: 10 out. 2018.

BARBALHO, Alexandre. Estado, mídia e identidade: políticas de cultura no Nordeste contemporâneo. In: *Alceu*, v. 4, n. 8, p. 156-167, 2004. Disponível em: http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/alceu_n8_Barbalho.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

BARBALHO, Alexandre. *Políticas Culturais no Brasil – Primórdios (1500-1930)*. Trabalho apresentado no V Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2009.

BOLSONARO, Jair Messias. Entrevista ao programa Câmera Aberta, da TV Bandeirantes. 1999. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=qIDyw9QKIvw>.

BOLSONARO, Jair Messias. Discurso no Clube Hebraica do Rio de Janeiro. 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yabLVrYCvdo>

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007c.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1983.

BRASIL. Lei nº 12.343, de 2 de dezembro de 2010.

CALABRE, Lia. *Política cultural no Brasil: um histórico*.

Trabalho apresentando no I Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2004.

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas*. Trabalho apresentado no III Enecult – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador, 2007.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no governo militar: o Conselho Federal de Cultura. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA ANPUH-RIO, 13., 2008, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212692933_ARQUIVO_Anpuh2008.pdf. Acesso em: 10 out. 2018.

COIMBRA, Kary Emanuelle Reis e MORAIS, Maria Dione Carvalho de. Eleições presidenciais 2018 e gestão Bolsonaro: o não lugar da cultura. In: *Argumentum*, v. 11, n. 3, p. 140-156, set./dez. Vitória/ES: 2019. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/27069>. Acesso em: 04 maio 2020.

GIL, Gilberto. Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo. In: GIL, Gilberto. *Discursos do Ministro da Cultura Gilberto Gil* – 2003. Brasília: MinC, 2003. p. 11.

GONÇALVES, André. Artistas ocupam sede do Iphan em Curitiba. In: *Jornal Gazeta do Povo*, Vida Pública, 14 maio 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/artistas-ocupam-sede-do-iphane-curitiba-92l2vs4e8nzkvi21m060fxb9i>. Acesso em: 10 out. 2018.

JALES, P. R. S. e TEIXEIRA, S. M. Estado neoliberal vs projeto democratizante: implicações na política de Assistência Social brasileira. In: *Argumentum*, v. 11, n. 1, p. 101-114, abr. Vitória/ES: 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/22850>. Acesso em: 04 maio 2020.

OLIVEIRA, José Carlos. Artistas criticam política cultural de Temer em audiência pública. In: *Portal da Câmara dos Deputados*, Notícias, 24

maio 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/EDUCACAO-E-CULTURA/509439-ARTISTAS-CRITICAM-POLITICA-CULTURAL-DE-TEMER-EM-AUDIENCIA-NA-CAMARA.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

REDAÇÃO PRAGMATISMO. Cinco mulheres recusaram convite de Michel Temer para a Cultura. *Pragmatismo Político*, 19 maio 2016. Disponível em: <https://www.pragmatismopolitico.com.br/2016/05/cinco-mulheres-recusaram-convite-de-temer-para-a-cultura.html>. Acesso em: 10 out. 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais entre o possível e o impossível. *O Público e o Privado*, n. 9, 2007a.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições. *Galáxia*, São Paulo, n. 13, p. 101-113, jun. 2007b. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/1469/934>. Acesso em: 10 out. 2018.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007c.

RUBIM, Antonio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007d.